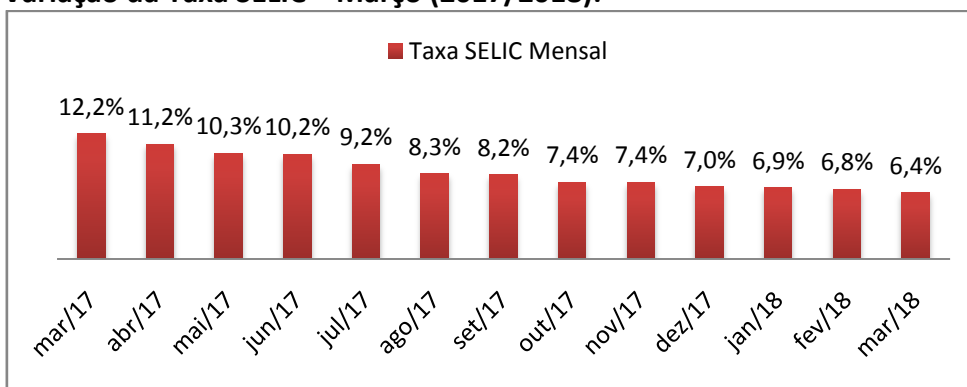


TAXA DE JUROS – MARÇO DE 2018:

Os juros das operações de crédito foram novamente reduzidos no mês de Março, após pequena elevação em Fevereiro. O resultado corresponde a expectativas de novas reduções da taxa SELIC, frente a uma expectativa de inflação baixa para este ano. O cenário econômico favorável, com menor risco de inadimplência também é fator contributivo para o resultado final.

Variação da Taxa SELIC – Março (2017/2018):



Fonte: Sincomércio Araraquara. Dados: Banco Central.

TAXA DE JUROS PARA PESSOA FÍSICA

Das seis linhas de crédito pesquisadas, apenas os juros de cartão de crédito avançaram este mês (+0,79%), passando de 12,67% a.m em Fevereiro para atuais 12,77% a.m em Março. O resultado mensal é o maior registrado desde Novembro de 2017.

Modalidade de Crédito	Fevereiro		Março	
	Taxa mês	Taxa ano	Taxa mês	Taxa ano
Juros do Comércio	5,44%	88,83%	5,40%	87,97%
Cartão de Crédito	12,67%	318,50%	12,77%	322,98%
Cheque Especial	12,18%	297,18%	12,14%	295,48%
CDC - Bancos - Financiamento de Automóvel	1,97%	26,38%	1,95%	26,08%
Empréstimo Pessoal - Bancos	4,22%	64,22%	4,12%	62,33%
Empréstimo Pessoal - Financeiras	7,50%	138,18%	7,42%	136,06%

Os “empréstimos pessoais – bancos” se destacam na análise mensal, pela redução de 2,37%, passando de 4,22% a.m (64,22% a.a) em Fevereiro para 4,12% a.m (62,33% a.a) atualmente.

TAXA DE JUROS PARA PESSOA JURÍDICA

Todas as linhas de crédito sofreram reduções no mês, com a taxa de juros média geral reduzindo-se 1,2% no mês, um total de 1,47% em 12 meses, fechando em 4,11% a.m e 62,15% a.a. Esse resultado para os juros médios gerais (pessoa jurídica) é o maior registrado desde agosto de 2015.

ANÁLISE:

Dada a tendência de novas reduções dos juros para os próximos meses favorecida pela melhora no cenário econômico do país, o acesso ao crédito e o retorno ao consumo se tornarão novamente comuns ao dia a dia do brasileiro.

Fica o alerta do uso consciente das modalidades disponíveis, conhecendo-as a fundo e sabendo qual delas é mais adequada ao seu nível de renda familiar, a fim de evitar o retorno aos registros de inadimplência e comprometer a atual disponibilidade do acesso ao crédito.

Núcleo de Economia:

Délis Magalhães

Economista do Núcleo de Economia do Sincomércio Araraquara em parceria com o Núcleo de Extensão em Conjuntura e Estudos Econômicos (NECEE) / UNESP-Araraquara

Natália Mariana de Souza Ribeiro

Estagiária do Núcleo de Economia do Sincomércio Araraquara em parceria com o Núcleo de Extensão em Conjuntura e Estudos Econômicos (NECEE) / UNESP-Araraquara.